

Ata da Reunião Ordinária Conjunta dos Conselhos Administrativo e Fiscal do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia

Inicialmente, é importante esclarecer que a íntegra das reuniões do Conselho Administrativo está disponível em mídia eletrônica no site do Instituto, a qual todos podem ter acesso. Sendo assim, a presente ata é destinada à ratificação e a transcrição de maneira sucinta, desta gravação. Todos os fatos ocorridos na reunião encontram-se registrados na referida mídia, a qual deverá ser consultada para a visão da totalidade dos acontecimentos.

Aos **25 (vinte e cinco) dias do mês de março de dois mil e dezenove**, as 18:00 (dezoito) horas, na Prefeitura Municipal de Paulínia “sala de imprensa” - Avenida Prefeito José Lozano de Araújo, 1551 – Parque Brasil 500, reuniram-se os membros do Conselho Administrativo conjuntamente aos do Conselho Fiscal, além de Diretor Administrativo Financeiro e Diretor Presidente para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto, conforme Regimento Interno dos Conselhos.

Pauta do dia:

- 1- Leitura e aprovação da Ata do dia 11/03/2019;
- 2- Apresentação dos apontamentos do Conselho Fiscal, referentes a janeiro de 2019;
- 3- Apresentação do Plano de Contas, com apresentação de Notas Técnicas para o TCE;
- 4- Devolutiva a respeito do andamento das discussões sobre a base previdenciária;
- 5- Deliberação sobre a participação de servidores do Instituto em congresso da APEPREM em Ribeirão Preto;
- 6- Eleições Pauliprev;
- 7- Visita ao Tribunal de contas;
- 8- Agendamento das próximas reuniões;
- 9- LDB – encerramento do contrato.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

Tendo início os trabalhos do dia, a partir da **primeira pauta**, o Presidente do Conselho Administrativo Sr. Reginaldo, tomou a palavra e iniciou sugerindo a inclusão de mais três itens na pauta do dia (Eleições Pauliprevi, Visita ao Tribunal de Contas e Agendamento das próximas reuniões). Também foi sugerido a inclusão do item LDB – encerramento do contrato na mesma pauta, uma vez que o contrato se encerraria em 05/04/2019. Após o consentimento de todos, seguiu-se para o **primeiro item da pauta do dia**, o recebimento prévio da ata sugerindo a aprovação, dispensando-se a leitura, tendo-se em vista o conhecimento e anuência dos referidos documentos, o que foi prontamente atendido por todos os envolvidos, tendo a ata sido aprovada por unanimidade.

Após, o Sr. Reginaldo iniciou o **segundo item da pauta**, passando a palavra para a Presidente do Conselho Fiscal Sr^a Ligian que iniciou elencando alguns pontos como o Parcelamento dos Débitos Previdenciários que segundo a mesma, é necessário tomarem algumas providências e não só enviar ofícios e a sugestão é discutir o assunto juridicamente no Instituto e verificar como um órgão de “maior potência” pressione o executivo. Alegou ainda que a situação dos débitos já vem há algum tempo sem resolução e agora chegou ao limite, portanto é preciso encontrar outros caminhos para a resolução. Quanto à questão do Comprev repetiu o apontamento, lembrando que o conselho fiscal foi contra a contratação da FIPE uma vez que tal serviço, conforme vários pareceres do Tribunal de Contas contrários a esse tipo de contratação. Continuou dizendo que, considerando o tempo transcorrido da contratação, número extremamente baixo de processos e número de servidores de carreira do instituto, era necessário se discutir a continuidade do contrato. A conselheira Eliete pede a palavra para esclarecer se a proposta era para o Conselho Administrativo deliberar e a Sr^a Ligian explica que não, mas que o conselho sugere que se acelerasse o processo de treinamento, visando finalizar o contrato e o Pauliprev andar com suas próprias pernas. A conselheira Sandra tomou a palavra e reforçou que a Sr^a Ligian está apontando que é preciso agilizar o encerramento do contrato com a FIPE. Continuando a Sr^a Ligian frisou que o conselho, além dos apontamentos normais, também tem como papel fazer críticas construtivas visando melhorar o andamento dos serviços e mencionou a questão da contratação do programa de certificação do Pró-gestão. Disse que o conselho analisou o contrato e as propostas, verificaram que dois valores eram muito próximos, sendo que o terceiro era o dobro. A partir de



di
el
f
m
jo
Fro
manu
e

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

solicitação de tentativa de diminuição de preço, houve uma diminuição de R\$ 80,00 e o contrato foi aprovado. A conselheira Eliete interrompeu explicando que foi apresentado ao Conselho Administrativo dois valores via e-mail e o Conselho Administrativo deliberou também através de e-mail dizendo que ficasse com o menor valor, então o Sr. Douglas tomou a palavra e esclareceu que só existem três empresas que fazem o Pró-gestão e que o Fabiano reduziu um pouco por negociação e diminuiu o valor. Sr^a Ligian retomou a palavra dizendo que é um valor considerável, e que foi respondido.

Por último, foi colocado a situação atual na concessão de benefícios e legislação pendente. Embora tenha conhecimento da comissão que discutiu ponto a ponto as questões relacionadas a base previdenciária, o projeto de lei não andou e as aposentadorias continuam sendo glosadas o que causa muito estresse aos servidores que deveriam estar gozando de sua aposentadoria com tranquilidade. A Sr^a Ligian seguiu que o Sr. André, se quisesse, poderia fazer as colocações dele, porém ela esteve no Tribunal de Contas de Campinas, onde discutiu junto aos auditores os problemas relacionados as glosas e que não sabe se, mesmo incluindo essas verbas na legislação o problema será resolvido, pois o Tribunal de Contas afirma que, por exemplo, hora extra é considerada verba indenizatória e transitória. Afirmou que os servidores devem ter esclarecimento disso, que o erro vem de uma legislação arcaica de anos e que temos que ter cuidado para não iludir os mesmos. A Conselheira Sandra usou a palavra para perguntar onde está o restante do Conselho Fiscal, se eles têm conhecimento que é uma reunião Ordinária, que a presença não é facultativa e que a ausência dos mesmos decorre descontos? A sr^a Ligian encerrou dizendo acreditar que todos sabiam da reunião e tem conhecimento das implicações do não comparecimento.

A Conselheira Sandra também salientou que o Conselho Fiscal em 25 (vinte e cinco) de fevereiro de dois mil e dezenove, fez a apresentação trimestral e o Conselho Administrativo não pautou a deliberação dos apontamentos. Foi sugerido a aprovado incluir este item na pauta da próxima reunião. O Presidente do Instituto Sr. André pediu a palavra para esclarecer algumas situações, como a questão da FIPE, afirmando que enquanto não estiver com os processos homologados tem que fazer a compensação manual e isso não resultaria em prejuízos. A conselheira Sandra contestou, pois a FIPE recebe por processos realizados e se ocorrerem novos

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

para o exercício de 2018. Passando para Demonstração das variações patrimoniais (receita x despesas no patrimônio 2018) com resultado negativo de R\$ 110.226.000,00 aproximadamente. Balanço patrimonial (fotografia do Instituto, o que tinha em 31/12/18), houve uma evolução no patrimônio que era de R\$ 1.157.163.314,00 e evoluiu para R\$ 1.265.028.025,06 de um exercício para o outro. Concluindo, os aspectos positivos foram os dois superávits orçamentário e financeiro e o ajuste negativo foi variação patrimonial negativa, mas pelo crescimento e evolução do patrimônio o aspecto para 2018 que se fez positivo. O Senhor Carlos da empresa GAP explicou que o déficit atuarial, que todos nós temos conhecimento está relacionado ao pagamento das aposentadorias e pensões ao longo do ano não tendo nenhuma relação com os dados contábeis apresentados. O senhor Douglas informou que a aprovação colocada em questão na reunião está relacionada apenas a escrituração contábil.

O Presidente do Conselho Administrativo tomou a palavra e deu continuidade a deliberação iniciando pela conselheira Nara que aprovou e em seguida a Conselheira Sandra tomou a palavra, aprovou o Relatório e parabenizou o trabalho realizado e também parabenizou a administração do Instituto. A conselheira Eliete também aprovou e frisou que gostou bastante. Em seguida o conselheiro Ellyson também aprovou e elogiou a apresentação. A conselheira Vera aprovou e mencionou que a apresentação foi clara e deu os parabéns ao Senhor Evans. Encerrando esta deliberação o conselheiro Ademir aprovou e o Sr. Reginaldo concluiu acrescentando a questão do CENSO, informando que 88 ativos e 80 inativos/pensionistas ainda não fizeram o recadastramento. A conselheira Eliete tomou a palavra para esclarecer que foi dito que as pessoas que não fizessem o recadastramento teriam a suspensão de seus vencimentos, sendo que o Sr. André respondeu que estão fazendo uma nova consulta e todos devemos agir com cautela, pois essas verbas são de natureza alimentícia necessitando primeiramente de um embasamento jurídico para depois avaliar a suspensão. Diante disso o Instituto fez um levantamento de todos os nomes, notificando, oficiando a PMP, inativos e inclusive o Sindicato, para que se tenha um entendimento jurídico. O sr. Reginaldo tomou a palavra e complementou dizendo que precisam de um prazo para consolidação da ação e que a data será vinte e dois de abril de dois mil e dezenove. A partir desta data e de consolidado todo esse número, precisam agendar uma audiência com Prefeito e apresentar os dados e tomar posse

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

dos nomes faltantes e analisar uma forma para resolução. A conselheira Sandra pediu licença e colocou que ela entende o fato da equidade, porém o Instituto é responsável pelos inativos e não pode ficar atrelado as questões da PMP até mesmo porque é muito mais complexo a PMP administrar toda uma questão diferentemente do Instituto que tem que administrar os aposentados, que no ponto de vista dela é necessário encontrar uma forma de preservação do Instituto. Se o Instituto tem uma forma de reduzir o prejuízo do servidor, a equidade nesse momento, precisa ser um pouco mais flexibilizada para que o Instituto não seja prejudicado e apesar de ser um número alto que não fizeram o recadastramento esse número é considerável e que ainda irá deixar um cálculo atuarial fictício e por isso deve ser levado em consideração. O conselheiro Ellyson tomou a palavra e questionou o perfil das 168 pessoas faltantes, pois dependendo do caso podem entrar com ação na justiça e complicaria ainda mais.

Em seguida o Presidente do Instituto Sr. André explicou que em dois casos as pessoas disseram que não fariam a prova de vida e os advogados aconselharam a fazer, em seguida concluiu o assunto apontado pela conselheira Sandra afirmando que entende e concorda em relação a independência, porém não se pode esquecer que essa independência acaba sendo lastreada no decreto do prefeito, então se o prefeito decreta que o instituto pode suspender o pagamento, tomando as medidas necessárias porém com embasamento legal para isso. Por este motivo o Instituto precisa de um parecer da procuradoria jurídica para que não coloque em risco a gestão do instituto e não ocorram mais ações judiciais por conta das glosas. A conselheira Sandra voltou a esclarecer que de forma alguma ela é favorável a suspensão dos vencimentos, mas a PMP, por exemplo, pode usar mecanismos de convocação do servidor, publicação do nome do servidor no semanário entre outros, que podem ser utilizados antes da suspensão dos vencimentos. Mas no modo de pensar dela, não dá para ficar na morosidade e perder o prazo do CENSO que é vinte e dois de abril e poderia agilizar para que não chegue ao extremo da suspensão. O Sr. André esclareceu que aplicou à nova AR, e retornando será feita uma nova publicação no Semanário Oficial, paralelamente a isso o embasamento jurídico, não é possível apressar as coisas além daquilo que se tem como prazo. O Presidente do Conselho Administrativo tomou a palavra e deu continuidade ao **quarto item da pauta** passando a palavra para conselheira Eliete que informou sobre os trabalhos da comissão da base previdenciária, lembrando que houve mais de cinco reuniões na sede do Instituto e



Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin:
- A large signature at the top.
- The name "Eliete" written vertically.
- The name "Mauricio" written vertically.
- Other illegible initials and marks.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

elaborada uma proposta por parte da procuradoria baseados nos estudos. Ficou combinado de se protocolar um documento para a promotoria e o sindicato faria um documento a parte com os apontamentos/propostas para que se fizesse um projeto de Lei contemplando as mudanças relacionadas a Base previdenciária. Nesse momento o processo está com a procuradoria para se fazer um relatório de todos os pontos levantados e posteriormente este documento será encaminhado ao sindicato até dia cinco de abril, sendo protocolado junto a PMP. O Presidente do Instituto complementou esclarecendo que havia duas propostas e como não houve um consenso entre Instituto e Sindicato, o Dr. Alexandre solicitou que se faça um documento com um apanhado de tudo o que foi apresentado, protocolando-se na PMP e solicitando o início da discussão para que se resolva de uma vez a questão da base previdenciária. Ressaltou que recebeu recentemente uma devolutiva da PMP de um protocolo que se iniciou pelo Guimarães questionando sobre base previdenciária onde se : " Não! Isto não fazemos, fazemos de tal maneira, ponto, acabou, archive-se" e não houve a discussão. É necessário sentar e discutir chegando à conciliação. Portanto vamos partir para uma mesma iniciativa todos juntos com o mesmo objetivo de discussão de base previdenciária e tentar a conciliação. A conselheira Sandra solicitou que conste na Ata a participação do Sindicato nas reuniões mencionadas anteriormente para discussão de base previdenciária, porque segunda-feira dia dezoito de março ocorreu uma assembleia na sede do Sindicato para discutir data base mais benefícios e a Presidente do Sindicato Sr^a Claudia deixou bem claro que novamente estão fazendo base previdenciária que causa prejuízo ao servidor, como se estivesse dizendo que o Instituto estava prejudicando os servidores. Frisou novamente que o Sindicato foi contrário as discussões feitas nas reuniões. Deixou claro também a preocupação em relação ao sindicato "acusar" o Instituto, o Sr. André complementou explicando que por parte dele não existe essa preocupação por dois motivos: quem faz a Lei é a PMP, falar todos falam, que o Instituto juntamente com os servidores e o Sindicato estiveram juntos em todas as reuniões e que houveram divergências sim, como por exemplo: baseado no que a Procuradoria Jurídica fala, o auxílio saúde, auxílio alimentação, salário família, auxílio transporte não poderiam estar na base e o Sindicato defende que sim. Então, no entendimento do Sindicato, na proposta da base previdenciária apresentada por eles estava incluso até adicional assiduidade dos GMs e isso estava incorreto. Sr. André frisou que a o Instituto está fazendo tudo certo e que



Handwritten notes and signatures in blue ink:
w
f.
Maurice
to

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

o documento a ser apresentado tem a finalidade de “chamar” uma reunião com a PMP, Sindicato, comissão de servidores e Instituto pois não existe Instituto sem servidor, a razão de o Instituto existir não é ganhar dinheiro no mercado financeiro e sim ter saúde financeira para “bancar” as aposentadorias e pensões aos servidores. O Sindicato tem o papel dele, porém o Instituto tem que ter equilíbrio, não pode deixar de pagar o que é descontado do servidor e por isso tem que descontar corretamente. No Tribunal de Contas ficou muito claro, tem que ser aposentadoria pela média com tudo que é descontado ou nos casos com paridade, somente as verbas permanentes – ATS, salário base, adicional risco do GM. A conselheira Nara pediu a palavra e primeiramente parabenizou a conselheira Eliete pela documentação apresentada que através da mesma foi possível o embasamento para discutir e melhorar, porém ainda ficou a dúvida referente à integralidade. Então a conselheira Márcia esclareceu que a sugestão feita é contratar um especialista que domine este assunto para assessorar o Instituto na elaboração das Leis e propostas. O Sr. André complementou que o Procurador não usa o termo “integralidade” e sim validade e média e para ele existe um marco entre as ações do Instituto: até 2003 e após 2003 sendo que após ele não reconhece nada de integralidade e paridade. Em consequência disso ele fala que estas questões e por nossas Leis serem falhas e muito técnicas sugeriu “gastar um pouco” e contratar um especialista para analisar o que existe e tudo que não foi feito e fazer de maneira correta.

O Presidente do conselho administrativo Sr. Reginaldo tomou a palavra e deu continuidade passando para o quinto item da pauta, onde anunciou que o Douglas estaria conseguindo um patrocínio junto aos bancos correntista para que patrocinem (taxa de inscrição) a participação de quatro integrantes funcionários do Instituto no congresso da APEPREM que ocorrerá em Ribeirão Preto/SP e o Instituto arcaria com as despesas de hospedagem, transporte e alimentação. A conselheira Sandra tomou a palavra para deixar o seu protesto, onde ela entende a necessidade de aprimoramento dos funcionários, porém existem assuntos que dizem respeito, acrescentam muito aos conselhos e que não houve nenhum convite aos conselheiros. O Sr. Douglas e também o Presidente do Instituto sr. André justificaram que foi levado em consideração os custos x assuntos que seriam tratados no congresso e que na próxima vez participará o conselho. A conselheira Eliete concordou que os convites deverão ser estendidos também aos conselheiros e questionou quanto será o custo para o Instituto referente

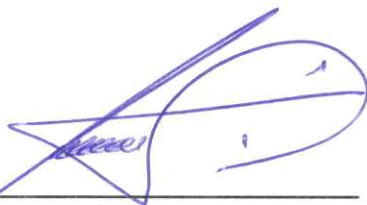
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

aos quatro funcionários que irão participar e o sr. Douglas esclareceu que está dentro de previsto. O sr. Reginaldo confirma a aprovação por unanimidade da participação dos quatro funcionários no Congresso e concluiu o assunto solicitando ao Sr. Douglas a confirmação do patrocínio. Em seguida iniciou-se o **sexto item da pauta**, todas as inscrições dos candidatos foram feitas até o sábado meio dia, que o número de concorrentes foi contabilizado e em seguida houve a reunião e alguns estavam com pendência da certidão emitida pelo site do Tribunal que ficou dois dias fora do ar. A previsão é que até quarta-feira estaria tudo certo. A conselheira Eliete questionou o início da campanha e o sr. Reginaldo informou que somente após a homologação e provavelmente na próxima quarta-feira dia três de abril. A conselheira Sandra pediu a palavra para sugerir a possibilidade de o Instituto elaborar um ofício solicitando a liberação do servidor por um dia para fazer campanha, justificou que os candidatos trabalham das 8:00h as 17:00h e não tem tempo para campanha. O sr. Reginaldo se comprometeu em levar o assunto para comissão para deliberar. Como o próximo e **sétimo item da pauta** já havia sido discutido anteriormente, se deu sequência ao **oitavo item pautado**, confirmando as datas das próximas reuniões que ocorrerão nos dias 08/04/2019 e 22/04/2019 na Câmara Municipal de Paulínia. Em seguida passou-se para o **nono e último item da pauta**, onde foi solicitado inclusão na pauta pelo fato do encerramento do contrato da LDB em cinco de abril. O Presidente do Instituto usou a palavra e retomou o assunto já falado em outra situação, onde a questão é se o contrato será prorrogado ou não, pois a posição do Instituto é para o encerramento sem prorrogação do contrato e no futuro caso haja necessidade, seria levado novamente para aprovação do conselho, no entanto neste momento é dispensável. Em sequência o sr. Reginaldo solicitou a aprovação dos conselheiros e após alguns comentários generalizados de insatisfação quanto ao trabalho da consultoria, foi acordado que será enviado por e-mail aos conselheiros a cópia do contrato e a deliberação será na próxima reunião.

Nada mais havendo a ser apresentado ou deliberado e considerando o término da reunião, aproximadamente as 19:50 hs, eu, Ademir Pereira, lavrei a presente Ata, que segue para aprovação e assinaturas dos conselheiros.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA



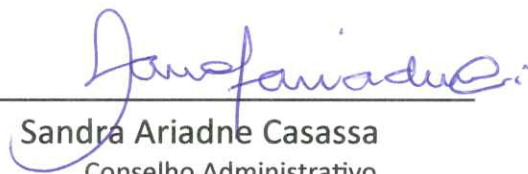
Reginaldo Aparecido Neves
Presidente do Conselho Administrativo



Ademir Pereira
Conselho Administrativo



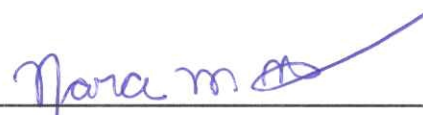
Vera Lúcia Veronese
Conselho Administrativo



Sandra Ariadne Casassa
Conselho Administrativo



Eliete Maria da Silva
Conselho Administrativo



Nara Martins Moretti
Conselho Administrativo

Ellyson Rudger de Oliveira
Conselho Administrativo



Ligian Regina Kalvon
Presidente do Conselho Fiscal



Fábio Ceconelo
Conselho Fiscal



Márcia R. A. Lopes da Silva
Conselho Fiscal

Ailton Pereira de Sousa
Conselho Fiscal

Mauro Celso Pereira Augusto
Conselho Fiscal

**Ao
PAULIPREVI
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO
DE PAULÍNIA
C/C Conselho Administrativo**

Paulínia, 25 de março de 2019.

Nós, membros eleitos e indicados do Conselho Fiscal, após análises parciais das demonstrações financeiras do instituto referentes ao **mês de JANEIRO de 2019**, dentre elas: balanços, fluxo de caixa, processos de empenho, COMPREV, contratos entre outros, recomendamos:

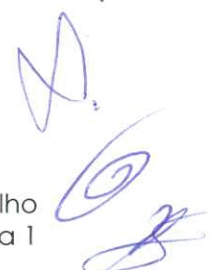
1. PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS:

As parcelas referentes ao **PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS não contemplam os valores reais em atraso**, assim sendo, solicitamos que sejam discutidas medidas urgentes para efetivação de novo contrato de parcelamento que contemple a dívida atualizada.

2. COMPREV

Este conselho fez apontamentos no Parecer do Conselho Fiscal referente ao 3º Trimestre de 2017 uma vez que, o parecer jurídico apontou impedimentos à contratação direta, por se tratar de tarefa administrativa, de caráter permanente e contínuo, por ser disponibilizado pelo MPAS passo a passo das diretrizes a serem adotadas pelos diversos órgãos públicos, pelo custo elevado da contratação, por não agregar conhecimento à unidade gestora, pela consulta a vários institutos e diversos pareceres contrários emitidos pelo Tribunal de Contas e por consulta ao SPREV/MF. Ainda solicitou a alteração do contrato junto a FIPE em reunião ocorrida no dia 06/09/2017, na presença do Senhor Alípio Albuquerque, Senhor Guimarães e demais conselheiros, onde ocorreram diversos questionamentos sobre o valor do contrato cheio – R\$ 8.393.696,00 relativos ao número máximo de processos de compensação estimados em 1600, pelo prazo de 30 meses.

Considerando a diminuição dos processos nos últimos meses, o tempo decorrido e a formação do quadro de servidores dentro do instituto, solicitamos parecer quanto a interrupção do contrato.



3. PROCESSOS DE EMPENHO/CONTRATOS E PREGÕES

CONTRATO Nº 06/2019			
Dispensa de Licitação	de	Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão de RPPS	9.500,00

Embora a contratação tenha ocorrido dentro da legalidade, observamos inicialmente uma discrepância grande de valor num orçamento em relação aos outros dois, sendo ainda que o orçamento vencedor apresenta uma diferença extremamente pequena em comparação ao segundo colocado. Assim sendo, considerando ainda o valor do contrato e necessidade da demanda, solicitamos que quaisquer contratações sejam amplamente discutidas em reuniões presenciais, de modo sempre a favorecer o patrimônio do instituto.

4. CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS e LEGISLAÇÃO PENDENTE

Alertamos para a urgência na cobrança de medidas por parte do executivo que envolvam a base previdenciária, bem como fonte de custeio para os pagamentos dos servidores inativos que possuem paridade.

Paulínia, 25 de março de 2019.


LIGIAN REGINA KALVON
Presidente


MARCIA R. AMBROZINI L. DA SILVA
Conselheira Fiscal


MAURO CELSO P. AUGUSTO
Conselheiro Fiscal


AILTON PEREIRA DE SOUSA
Conselheira Fiscal


FABIO CECCONELO
Conselheiro Fiscal



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

**PAUTA DE REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA
CONSELHOS ADMINISTRATIVO E FISCAL**

DATA: 25/03/2019 ÀS 18:00h

LOCAL: SALA DE IMPRENSA

(PAÇO MUNICIPAL)

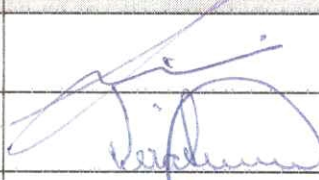



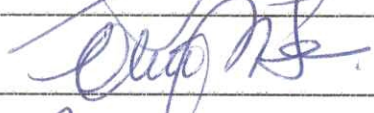

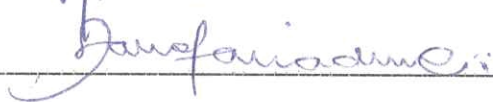



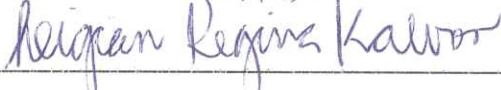
1. Apresentação dos apontamentos do Conselho Fiscal, referentes a Janeiro de 2019;
2. Apresentação do Plano de Contas, com apresentação de Notas Técnicas para o TCE;
3. Devolutiva a respeito do andamento das discussões sobre a base previdenciária;
4. Deliberação sobre a participação de servidores do Instituto em congresso da APEPREM em Ribeirão Preto;

Paulínia, 20 de março de 2019.

REGINALDO NAVES
Presidente Conselho Administrativo

**LISTA DE PRESENÇA DOS CONSELHOS
ADMINISTRATIVO E FISCAL
25 de março de 2019 – 18 horas – Salão de Imprensa
(Paço Municipal)**

Reunião Ordinária Conjunta

SEQ	NOME	ASSINATURA
1	ADEMIR PEREIRA	
2	VERA LÚCIA VERONEZE	
3	ELLYSON RUDGER DE OLIVEIRA	
4	REGINALDO AP. NAVES (Presidente)	
5	ELIETE MARIA DA SILVA	
6	NARA MARTINS MORETTI	
7	SANDRA ARIADNE CASASSA	
8		
9		
SEQ	NOME	ASSINATURA
1	MAURO CELSO PEREIRA AUGUSTO	
2	AILTON PEREIRA DE SOUSA	
3	FÁBIO CECCONELO	
4	LIGIAN REGINA KALVON (Presidente)	
5	MÁRCIA REGINA A. LOPES DA SILVA	